

Editorial

Pág. 02

Centrais
conseguem
isenção de IR
na PLR

Política

Pág. 02

Apartidários
são maioria
no país, diz
Ibope

Luta

Pág. 03

Trabalhadores
da Petrobras
negociam
PLR com a
Holding

Trabalho

Pág. 03

2013 é o
ano da
inclusão de
pessoas com
deficiência

João Faísca

Pág. 04

Aprenda
a calcular
novo valor
do seguro-
desemprego

■ **Sindicom**

Fechada negociação salarial com o Sindicom

Após negociação entre o Sipetrol-SP e o Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes), os trabalhadores conseguiram obter aumento real, com destaque para o reajuste de 8% para o piso e 10% no valor do vale-alimentação.

No dia 13 de dezembro de 2012 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, a 1ª rodada de negociações com o Sindicom. O sindicato patronal, como de praxe, veio com a ladainha de que a crise econômica está afetando o crescimento das empresas distribuidoras de petróleo. Com isso, ofereceram apenas 5,5% de reajuste salarial, índice que nem sequer repunha a inflação registrada no período.

Uma detalhada argumentação técnica da bancada dos

trabalhadores deixou claro que, desde 2004, o setor vem crescendo acima do PIB. No ano de 2012 as vendas cresceram 6,3%, o que deixa as empresas filiadas ao Sindicom com 80% do mercado de combustíveis e lubrificantes do Brasil. Com isso, os trabalhadores rejeitaram a proposta do Sindicom.

Diante disso, foi marcada uma nova rodada de negociações para o dia 17 de janeiro, em São Paulo. Logo no início da 2ª rodada de negociações, o sindicato patronal quis impor aos sindicatos uma nova redação para a cláusula de trabalho aos domingos, o que imediatamente foi rechaçado pelo Sipetrol-SP. Do ponto de vista econômico, nessa 2ª rodada de negociações o Sindicom veio com um comportamento diferente, propondo

um reajuste salarial que já contemplava algum aumento real. Depois de muita negociação, o patronal colocou como proposta um reajuste salarial de 7% e congelamento valor do abono em R\$2.100,00.

A bancada dos trabalhadores rejeitou a proposta, continuou reivindicando reajuste diferenciado para o piso salarial, Vale alimentação, vale refeição e reajuste do abono. Não tendo alternativa, o Sindicom apresentou uma nova contraproposta de 7,5% reajuste salarial, que contempla um aumento real em torno de 1,4%, sendo 8% de reajuste para o piso, 10% de reajuste para o Vale alimentação e 7.5% para o abono. Essa proposta foi aprovada na íntegra pela assembléia dos trabalhadores.

Veja como ficaram as principais cláusulas:

■ **Reajuste Salarial**

- 7,5% (sobre salário em 31.12.2012, com periculosidade, até R\$ 9.825,39)
- salários acima desse teto = parcela fixa de R\$ 736,90;

■ **Abono Especial**

- R\$ 2.257,50 (empregados com salário em 31.12.2012, com periculosidade, até R\$ 6.436,52;

■ **Vale-alimentação (Cesta Básica)**

- R\$ 275,00 (empregados com salário em 31.12.2012, com periculosidade, até R\$ 3.600,00);

■ **Salário de Admissão (Piso)**

- R\$ 1.488,00 + periculosidade, quando devida.

■ **Salário Família**

- R\$ 23,62

■ **Valor mínimo do ATS**

- R\$ 511,00

■ **Auxílio-creche**

- R\$ 535,00

■ **Auxílio-acompanhante**

- R\$ 324,00

■ **Auxílio ao Dependente Especial**

- R\$ 700,00

■ **Auxílio-funeral**

- R\$ 2.755,00

■ **Vale-refeição**

- R\$ 25,61

■ **Bolsas de Estudos**

- R\$ 364,00

■ **Indenização sábados (cláusula Duração Semanal do Trabalho - §3º.)**

- R\$ 1.244,00

■ **Indenização domingos (cláusula Duração Semanal do Trabalho - §5º.,b)**

- R\$ 2.268,00

A redução do IR sobre PLR vai significar um ganho considerável para o bolso do trabalhador.

José Floriano
Presidente

Governo isenta de imposto PLR de até R\$ 6 mil

A redução do Imposto de Renda (IR) sobre a Participação de Lucros e Resultados (PLR), anunciada pelo governo federal no final do ano passado vai significar um ganho considerável para o bolso do trabalhador, de acordo com os cálculos de economistas.

O governo isentou de IR os ganhos com PLR de até R\$ 6 mil e reduziu as alíquotas em varias faixas. O Sipetrol – SP participou ativamente da mobilização das centrais sindicais, que reivindicam isenção total até R\$ 10 mil, mas aceitaram a alíquota oferecida pelo governo. Os representantes das centrais sindicais disseram que isentar a PLR até R\$ 6 mil foi aceita pelo movimento sindical porque atende a 80% dos acordos realizados. E nós concordamos com ele! A desoneração atinge também ganhos acima de R\$ 6 mil. Para quem ganha faixa até R\$ 9 mil, a incidência de IR será de 7,5%. Acima de R\$ 9 mil até R\$ 12 mil, a alíquota passa a ser de 15%. Acima de R\$ 12 mil até R\$

15 mil, será de 22,5%. Acima de R\$ 15 mil, a incidência continua de 27,5%. Atualmente, alíquota de 27,5% é aplicada sobre as faixas.

Veja dois exemplos:

1. Um trabalhador que ganha R\$ 3 mil mensais e recebe dois salários de PLR pagaria R\$ 1.193 de Imposto de Renda no ano; com a isenção na faixa de até R\$ 6 mil, o custo tributário cai para R\$ 621, uma economia de R\$ 572, ou um pagamento 48% menor.

2. Em outra situação, na qual o empregado recebe R\$ 5 mil e também ganha dois salários como participação nos lucros; a economia será de R\$ 1.662, pois pelas regras antigas, o imposto devido seria de R\$ 5.914 – baixando agora para R\$ 4.252 -, um valor 28% menor.

Em 2013, vamos continuar lutando pelo pagamento da PLR para todos os trabalhadores do setor.

Fonte: Centrais Sindicais



Foto: Antonio Cruz/ABr

Política

Apartidários já são maioria no Brasil, mas PT mantém liderança

Levantamento feito pelo Ibope mostra que, pela primeira vez desde 1988, o numero de brasileiros que se declaram apartidários superou o de pessoas que afirmam ter preferência por

alguma legenda política.

Segundo a pesquisa, no final de 2012, 56% das pessoas diziam não ter nenhuma preferência partidária, ante 44% que apontavam preferência por

alguma legenda.

Vinte e quatro anos antes, na esteira da redemocratização, apenas 38% das pessoas declaravam não ter um partido da sua preferência – 61% apontavam

um favorito.

O PT se mantém na liderança, com 24% da preferência, na frente do PMDB e do PSDB, apontados como favoritos por 6% e 5%, respectivamente.



Petroluta

Sipetrol Sede: (11) 5549-1244
Email: sipetrol@terra.com.br
Site: www.sipetrol.org.br

Distribuição dirigida e gratuita. Retire o seu Petroluta na sede ou na subsele mais próxima.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo

Diretor Responsável: José Floriano da Rocha

Jornalista Responsável: Jeferson Martinho - MTB 31886

Redação, Edição e Editoração: Nova Onda Comunicação - F. (11) 3654-4172 - www.novaon.com.br

Aconteceu

Fique por dentro das principais notícias dos fatos que ocorreram durante os meses de dezembro e janeiro.

Petroleiros têm calendário de lutas por PLR

De acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho fechado em novembro pelos companheiros da BR Distribuidora, o pagamento da PLR será nos mesmos valores praticados pela Holding. Por isso, é importante acompanhar a luta da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos, que já começou.

Na última reunião do Conselho Deliberativo da FUP, realizada no dia 19 de dezembro, os sindicalistas petroleiros avaliaram e debateram a rejeição da proposta de adiantamento da PLR 2012, feita pela Petrobrás, e as mobilizações feitas pela categoria.

O Conselho Deliberativo da

FUP também definiu um calendário de luta mais contundente, com mobilizações surpresas, uma greve nacional de 24 horas no dia 28 de janeiro e a preparação de uma greve por tempo indeterminado, caso não haja avanços nas negociações com a Petrobrás. A FUP orienta os sindicatos a realizarem assembleias entre os dias 10 e 27 de janeiro para avaliação dos indicativos do Conselho Deliberativo.

Na campanha da PLR 2012, os trabalhadores continuam firmes, exigindo que a Petrobrás negocie com movimento sindical os valores integrais, independente das mudanças no lucro da empresa. Em 2012, a Petrobrás



afirma ter tido uma queda significativa em seus lucros, mas mesmo assim, não diminuirá o valor provisionado para os dividendos de seus acionistas, que inclusive, são protegidos pelo estatuto da empresa.

O Conselho Deliberativo da

FUP volta a se reunir no dia 30 de janeiro para avaliar os resultados das assembleias e das mobilizações e interlocuções com a empresa e o governo, bem como definir a data da greve por tempo indeterminado, caso não haja avanços nas negociações.

2013 é o ano da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho

A 22ª Cúpula Ibero-Americana, que aconteceu no último mês de novembro, declarou 2013 como “Ano Ibero-Americano para inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho”.

Junto com os demais chefes de Estado e de governo dos países ibero-americanos a presidente Dilma Rousseff foi signatária do comunicado especial que reconhece que:

- Cerca de 80% das pessoas com deficiência em idade de trabalhar estão desempregadas devido à falta de acessibilidade, bem como por falta de conscientização por parte do setor privado sobre o potencial das pessoas

com deficiência;

- Inclusão laboral das pessoas com deficiência não só garante a sua integração social, como tem efeitos positivos no âmbito econômico e social, que se estendem a toda comunidade, já que permite aproveitar um capital humano valioso, fomentando a coesão social e reativando a economia dos países ibero-americanos;

- Se torna necessário fortalecer as políticas públicas, as iniciativas e os esforços para garantir uma inclusão laboral plena e efetiva das pessoas com deficiência nos países ibero-americanos;

- Os países ibero-americanos estão tomando medidas para eli-

minar as barreiras institucionais causadas pela invisibilidade das pessoas com deficiência nas suas legislações.

Lei de Cotas

A Lei de Cotas prevê vagas para menos de 950 mil pessoas

com deficiência no Brasil. Mas precisa ser fiscalizada e respeitada.

Para cada vaga prevista na Lei de Cotas tem pelo menos 10 pessoas com deficiência em idade de trabalhar, com ensino médio e superior completo.

Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho

Pessoas com Deficiência	45,6 milhões
Pessoas com Deficiência com 15 anos de idade ou mais, ocupadas	20,2 milhões
Pessoas com Deficiência com 15 anos de idade ou mais, com ensino médio ou superior completo	10,2 milhões
Pessoas com Deficiência no trabalho formal	325.291
Vagas previstas pela lei de cotas	937.224

Novo valor para o mínimo e aposentadorias

A partir de janeiro já vale o reajuste de 6,15% para os aposentados do INSS que recebem mais de um salário mínimo. Também vale desde o dia 1º de

janeiro o novo valor do mínimo, que agora é de R\$ 678.

Com isso, o valor mínimo dos benefícios pagos pelo INSS em 2013 é de R\$ 678, e o má-

ximo, de R\$ 4.157,05. A partir dela, mudam também as faixas salariais de cada alíquota de contribuição.

Quem ganha até R\$ 1.247,11

pagará 8%; quem recebe entre esse valor e R\$ 2.078,52, contribuirá com 9%; e quem tem rendimento superior a isso destinará 11% ao INSS.

Trabalhadores

Centrais sindicais organizam marcha a Brasília

Dirigentes das centrais sindicais CUT, Força Sindical, CTB, CGTB, UGT e NCST se reuniram dia 23 de janeiro na sede da CUT e definiram mobilização para o dia 6 de março, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

O movimento “Em defesa da cidadania, do desenvolvimento e da valorização do trabalho” busca exercer pressão sobre o governo e o Congresso pela retomada do investimento público e em defesa da indústria nacional, fortalecendo o mercado interno e garantindo contrapartidas

sociais.

As principais bandeiras que os sindicalistas vão levar são: redução da jornada para 40 horas semanais – que segundo estudos do Dieese tem

a regulamentação da Convenção 151 da OIT – que garante a negociação coletiva no serviço público; a ratificação da Convenção 158 – que combate a demissão imotivada – e a valorização dos trabalhadores aposentados e pensionistas.

“Fizemos uma análise econômica do momento e isso nos levou a uma pauta que aponta para a retomada do crescimento, com mais e melhores salários e empregos, garantindo e ampliando direitos”, explicou o secretário geral da CUT, Sérgio Nobre, que coordenou a reunião.



Leonardo Severo/CUT

potencial para gerar mais de dois milhões de empregos; fim do Fator Previdenciário; Reforma agrária – com o assentamento de 200 mil famílias; 10% do PIB para a educação; 10% do PIB para a saúde;

Conta de Luz

Lei que reduz tarifa de energia é sancionada

A presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei que prorroga as concessões de geração de energia elétrica e reduz encargos setoriais de forma a oferecer tarifas menores ao consumidor. De acordo com a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, publicada dia 14 de janeiro no Diário Oficial da União, as concessões de geração de energia elétrica poderão ser prorrogadas uma única vez, pelo prazo de até 30

anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação e a tarifa mais baixa.

Para terem o contrato de geração renovado, as concessionárias devem atender a requisitos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em relação a tarifas e qualidade do serviço. A agência também disciplinará o repasse, para a tarifa final paga pelo consumidor, de in-

vestimentos necessários para manter a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas.

Os consumidores residenciais serão os principais beneficiados pela decisão do governo federal de reduzir as tarifas de energia elétrica e terão descontos acima dos consumidores industriais e comerciais. Para as residências a redução média deve ser de 20%.

(Com Agência Brasil)



Como calcular o seguro-desemprego

Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) reajustou os valores de pagamento do benefício do Seguro-Desemprego a partir de janeiro. Para se adequar ao aumento do salário mínimo em vigor, o valor mínimo do seguro foi fixado em R\$ 678,00. As faixas com valores acima do mínimo sofreram reajuste de 6,2 % com base no INPC de janeiro a dezembro 2012, calculado pelo IBGE. Com isso, o valor máximo da parcela do benefício alcança R\$ 1.235,91.

A Resolução Nº 707, do Codefat, publicada dia 11 de janeiro no Diário Oficial da União, determina que o aumento nos valores acima do mínimo seguirão os reajustes baseados no INPC, calculado pelo IBGE. Segundo o presidente do Codefat, Marcelo Aguiar, a medida visa adequar os reajustes do Seguro-Desemprego aos mesmos patamares concedidos aos benefícios pagos pela Previdência Social, pois o valor base tem embutido os ganhos reais do salário mínimo, o que não se justifica para as faixas seguintes. “O valor do benefício não diminuiu e nem ficou menor. As parcelas como valores acima do salário mínimo foram reajustadas em 6,2 %”, informou o presidente.

Veja como calcular o benefício:

FAIXAS DE SALÁRIO MÉDIO	VALOR DA PARCELA
Até R\$ 1.090,43	Multiplica-se o salário médio por 0.8 (80%)
De R\$ 1.090,44 Até R\$ 1.817,56	O valor que exceder a R\$ 1.090,43 multiplica-se por 0.5 (50%) e soma-se a R\$ 872,34
Acima de R\$ 1.817,56	O valor da parcela será R\$ 1.235,91 invariavelmente.

João Falcão

Aproveite o verão na praia

As férias estão acabando, mas ainda dá tempo de aproveitar o verão!

A colônia de férias do Sipetrol, que fica na Praia Grande, possui uma ótima infraestrutura para atender os sócios e seus familiares.

Faça já sua reserva através do telefone (13) 3494-2782, com o senhor Jair.

EXCURSÕES DE ÔNIBUS | 1 dia |

(Não inclui dias santos e feriados prolongados)

Excursão só com associados

e dependentes: R\$ 200,00

Excursão de terceiros: R\$ 550,00

REFEIÇÕES AVULSAS

Almoço R\$14,00 | Jantar R\$14,00

Café da Manhã R\$8,00

ESTACIONAMENTO, VESTIÁRIO E

ÁREAS COMUNS | 1 dia |

Sócios e Convidados: R\$ 12,00

Tabela de preços da Colônia de Férias da Praia Grande

Preços para diárias - Férias Completas		Preços para diárias - Só Café da Manhã	
Vestibulante Associado e dependentes	PI pessoa	Vestibulante Associado e dependentes	PI pessoa
Sócio e dependente	R\$ 28,00	Sócio e dependente	R\$ 18,00
Convidados de 8 a 11 anos	R\$ 20,00	Convidados de 8 a 11 anos	R\$ 12,00
Dependentes a partir de 12 anos	R\$ 24,00	Dependentes a partir de 12 anos	R\$ 16,00
Convidados não associados		Convidados não associados	
Convidados de 8 a 11 anos	R\$ 28,00	Convidados de 8 a 11 anos	R\$ 18,00
Convidados a partir de 12 anos	R\$ 48,00	Convidados a partir de 12 anos	R\$ 24,00